

A. I. Nº - 211322.0009/10-3
AUTUADO - JOSILETE DIAS DA COSTA
AUTUANTE - JÚLIO DAVID NASCIMENTO DE AMORIM
ORIGEM - INFAZ JUAZEIRO
INTERNET - 23/12/2010

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0352-03/10

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS. DME. OMISSÃO DE ENTRADA DE MERCADORIAS. MULTA. Fato reconhecido pelo autuado, que admitiu que a DME foi apresentada com erros. Negado o pedido de cancelamento da multa. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 21/5/10, cuida de omissão de entrada de mercadorias no estabelecimento, nas informações econômico-fiscais apresentadas através da Declaração do Movimento Econômico de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (DME), sendo por isso aplicada multa de R\$ 5.445,41, equivalente a 5% do valor das entradas omitidas.

O autuado apresentou defesa (fl. 84) dizendo que em 13.3.09 foi apresentada uma DME com valores incorretos, mas após a fiscalização, tendo verificado o erro ocorrido, foi feita uma DME retificadora no dia 1º.6.10. Assegura que jamais usou de má-fé no que diz respeito aos dados informados naquele documento, pois foi recolhido o ICMS total das compras efetuadas, e não havia como sonegar o tributo pois a empresa não é optante pelo “simples nacional” e as suas compras se concentram na sua maioria dentro do Estado. Aduz que o fiscal não solicitou que fosse feita a retificação da DME. Pede o cancelamento do Auto de Infração. Juntou documenttos.

O fiscal autuante prestou informação (fls. 90-91) pontuando que o Auto de Infração foi lavrado com lastro na Lei nº 11.470/09. Observa que o contribuinte reconheceu a veracidade dos valores do levantamento fiscal. Quanto ao pedido de cancelamento do Auto, contrapõe ser possível a aplicação da penalidade, haja vista que houve descumprimento de obrigação acessória. Quanto à afirmação do contribuinte de que não é optante pelo “simples nacional”, o fiscal assinala que tal alegação contraria a realidade documentada através dos relatórios apensados aos autos. Tece considerações acerca da finalidade da multa punitiva neste caso. Opina pela manutenção do procedimento.

VOTO

Foi aplicada multa por omissão de entrada de mercadorias no estabelecimento, nas informações econômico-fiscais apresentadas através da Declaração do Movimento Econômico de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (DME).

O autuado admitiu que a DME foi apresentada com erros. Pede o cancelamento da multa, alegando que, após a fiscalização, apresentou DME retificadora, apesar de o fiscal não ter solicitado que fosse feita a retificação.

Infração configurada nos autos. Negado o pedido de cancelamento da multa, por ausência de fundamento nesse sentido, haja vista que o autuado não fez prova de preenchimento dos requisitos previstos no § 7º do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

Voto pela PROCEDÊNCIA no Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **211322.0009/10-3**, lavrado contra **JOSILETE DIAS DA COSTA**, devendo o autuado ser intimado a efetuar o pagamento da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$ 5.445,41**, prevista no art. 42, inciso XII-A, da Lei nº 7.014/96, mais os acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 13 de dezembro de 2010

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA – JULGADORA